



IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EJA

Rossival Sampaio Morais 1

Jane Heber 2

RESUMO

O trabalho tem como objetivo identificar como é implementada o ensino de história e cultura afro-brasileira na EJA, temática relevante para um ensino plural na EJA de uma cidade como Salvador. Trata-se de perceber como os professores da EJA veem a forma como o ensino de história e cultura afro-brasileira é implementado nessa modalidade de ensino, para tanto esse estudo refletirá o planejamento na EJA. Com base teórica para este estudo utilizamos os fundamentos de Hooks(2017), Souza e Costa(2021), Russo(2016) entre outros. O presente estudo identifica quais ações são desenvolvidas na EJA de uma escola e revela a forma como o ensino de história e cultura afro-brasileira se apresenta nesse contexto de ensino, destaco também que a fim de contribuir com a prerrogativa do estudo de caso qualitativo ao qual este estudo (recorte de pesquisa de mestrado) está vinculado trago algumas práticas que coadunam com o que os professores relataram no questionário aplicado. Por fim, as considerações finais trazem pontos de vista in(concluivas) mas que são relevantes acerca da implementação do ensino de história e cultura afro-brasileira na EJA, modalidade de ensino que precisa cotidianamente repensar o ensino fomentado, a fim de que possa contemplar o caráter emancipatório e crítico.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, planejamento, professores da EJA, currículo

INTRODUÇÃO

A educação brasileira em seu processo histórico de desenvolvimento assimilou e preservou práticas direcionadas de forma contumaz à valorização de uma única matriz cultural, a européia. Partindo do pressuposto de que um país continental como o Brasil, assim como uma cidade com forte influência e legado africano como Salvador, é incoerente o predomínio de valores e conteúdos eurocêntricos no ensino da EJA.

A implementação da Lei 10.639/03 é uma forma de balisar e garantir o desenvolvimento da consciência histórica e valorização cultural dos sujeitos da EJA. Esse estudo de caso de natureza qualitativa é um recorte da pesquisa de mestrado realizada com aplicação de

¹ Graduado em Pedagogia(UNEB), Letras(FTC) e Biblioteconomia(UFBA), Especialista em Alfabetização e Letramento(UFBA), Mídias e Educação (UESB), Metodologias Ativas(UNIVASF), Professor e Coordenador Pedagógico da Rede Pública de Ensino, Mestrando em Ensino pela Universidade do Vale do Taquari(UNIVATES), E-mail: ita.morais@hotmail.com.

² Doutora em Educação em Ciências – Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Química pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestrado em Educação em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Profa. do PPG Ensino da Universidade do Vale do Taquari – Univates Lajeado RS. E-mail: janeheber@gmail.com



questionário a um grupo de 18 professores da EJA e tem como objetivo identificar como se dá a implementação do ensino de história e cultura afro-brasileira na EJA. A implementação da Lei 10.639 nessa modalidade é de fundamental importância diante da realidade soteropolitana em que grande parte da população se considera negra, segundo dados do IBGE(2022). Esse estudo aqui proposto mostra certa preocupação no que tange à forma como é implementada a Lei 10.639/03. responsável pela presença do ensino de história e cultura afro-brasileira na EJA.

O trabalho inicia apresentando a metodologia empregada, através do seu referencial teórico discute o planejamento na EJA e currículo e ensino de história e cultura afro-brasileira, apresenta os resultados e a discussão e finaliza com os resultados finais.

METODOLOGIA

A metodologia é forma de expressar os caminhos do pensamento em torno da pesquisa científica. Numa pesquisa de cunho qualitativo, como a que se apresenta, ela “[...] é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” Fick (2004, p.28), neste estudo foram produzidos dados a partir da aplicação do questionário a um grupo de 18 professores da EJA cujas respostas foram analisadas sob a perspectiva da análise de conteúdo de Bardin. Vale destacar que o recorte de pesquisa apresentado deriva da proposta de mestrado acadêmico que possui autorização da Secretaria Municipal de Educação de Salvador. De forma estrutural a pesquisa se valhe da pesquisa bibliográfica, compreendida como aquela que tem “o propósito de estudar a experiência vivida das pessoas e ambientes sociais complexos “(Gil, 2021, p.57) e nesta pesquisa as experiências dos professores são relevantes para que se identifique a implementação da lei 10.639.

No tocante ao questionário, foi perguntado aos professores se a escola desenvolve projetos ou ações voltados ao ensino de história e cultura afro-brasileira e além das alternativas sim, não e às vezes foi ofertado a possibilidade de justificativas, essas foram tratadas sob a análise de conteúdo de Bardin e gerou a categoria que é tema desse estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Planejamento da Lei 10.639 na EJA



O ensino de história e cultura afro-brasileira é uma área que precisa ser maior problematizada e ter conteúdos com mais frequência nas turmas da EJA. O planejamento é uma área estratégica e precisa ser (re)pensada pela escola para que se tenha o êxito esperado quanto à implementação da Lei 10.639/03 na EJA, que garante este tipo de ensino. É relutante mencionar que a:

Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas (Brasil, 2004, p.17).

Nessa prerrogativa é de se considerar que o planejamento não pode ser encarado de forma verticalizada e burocratizada, centrada unicamente nos professores, é necessário que os princípios do planejamento estejam incutidos e envolvam todos os responsáveis pela EJA; coordenação, direção, vice, responsáveis pela articulação do ensino e do planejamento na escola, aos professores, aqueles que efetivam as práticas de ensino, uma vez que “planejar é antecipar o futuro no sentido de prever ações a serem desenvolvidas para se conseguir objetivos determinados”(Russo, 2016,p195).

Nessa questão Vasconcelos (2002, p. 80) contribui ao afirmar que “planejamento é o processo, contínuo e dinâmico, de reflexão, tomada de decisão, colocação em prática e acompanhamento” e isso envolve sobretudo a articulação do processo didático.

Conforme Santiago, Pereira e Silva (2021, p.19) “a educação escolar é uma atividade sistemática que exige um pensar reflexivo acerca das diretrizes e ações que se pretende desenvolver”, e isso pode ser compreendido quando os processos operacionais e que demandam planejamento dão pouca atenção às diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais. Este pontua dentre outras questões, que deve haver a:

- Inclusão, em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis – estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino – de objetivos explícitos, assim como de procedimentos para sua consecução, visando ao combate do racismo, das discriminações, e ao reconhecimento, valorização e respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana. (Brasil, 2004, p.24).

Esses marcos normativos precisam refletir a diversidade étnico-racial, porém é necessário suplantarem o aspecto normativo e burocrático do planejamento educacional com “exagerada ênfase nos aspectos formais da elaboração dos planos” (Russo,2016, p.195) para que os processos dialógicos, formativos e interventivos possam priorizar as pautas, ações ou a adoção de uma pedagogia de projetos ocorra de forma organizada e sistematizada.

Segundo Miguel Henrique Russo “planejar implica a identificação e explicitação das metas coletivamente eleitas” (2016,p.196), o que previamente esclarecidas e pontuadas, oportunizaria melhor articulação dos propósitos do ensino na EJA.É de se destacar que a escola é “vista como



organização complexa e específica, mais do que na maioria das outras organizações, o planejamento exige um tratamento democrático e participativo.” (Russo 2016, p.196);

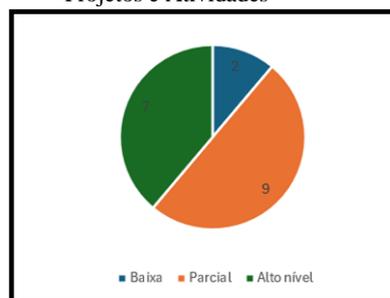
Essa necessidade de um trabalho cooperado que possa fomentar a devida articulação do planejamento da escola é imprescindível se levando em consideração que:

aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação. (Brasil, 2004, p.18).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sujeitos dessa pesquisa conforme o gráfico 10, quando perguntado se a escola desenvolve projetos/atividades voltadas ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira assim se posicionaram:

Gráfico 01 -Implementação do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira através de Projetos e Atividades



Fonte: Autor

Nessa questão, 07 professores envolvidos revelaram que há projetos e atividades que abordam esse tipo de ensino na escola, o que equivale a aproximadamente 39 % do(a)s professores, enquanto uma minoria dos respondentes disse não haver ações nesse sentido, um total de dois (2) equivalendo a aproximadamente 11% destes sujeitos. A maioria dos professores, num total de 9 professores (cerca de 50%), no entanto, afirmam que essas ações ocorrem às vezes. Do total de 16 professores que afirmaram que ocorrem e os que ocorrem às vezes, 02 disseram existir ações, mas não revelaram quais seriam essas ações enquanto os que



disseram ocorrer às vezes, 03 não as revelaram na pesquisa, dessa maneira 11 endossaram suas justificativas como segue:

Para os professores que revelaram existir atividades e ações, o Prof.2 diz que essas atividades e ações se apresentam “no projeto de unidade” Prof.8 afirma que aparecem no “20 de novembro” enquanto para Prof.18 “o tema da história afro-brasileira atravessa as atividades propostas”. Prof.11, em relação ao desenvolvimento dessas ações na escola, descreve que:

O ensino de História e cultura africana e afro-brasileira ocorre de modo transversal ao currículo das disciplinas. O resultado é apresentado nas culminâncias dos projetos. No primeiro semestre, aparece subjacente ao projeto "A cidade somos nós e nós somos o Bairro da Paz" e estarão presentes no festival literário do segundo semestre.

Estas ações para esta professora se desenvolvem nos projetos desenvolvidos pela unidade escolar. Para Prof.16, essas atividades têm “como objetivo refletir sobre a importância e contribuições dos negros na construção e formação da nossa sociedade. Mas, acredito que precisamos explorar ainda mais”, o que revela um fazer ainda incipientes para as demandas da EJA.

Para os professores da pesquisa que revelaram que as ações ocorrem às vezes, é interessante observar que essa eventualidade no desenho disposto na figura 16 convergem em ações num período do ano.:-

Formatado: Cor da fonte: Automática

Figura 01- Ações Ocasionais na Escola



Fonte: Autor

Corroborando com o exposto, Prof.01 diz que essas ações ocasionais seriam “palestras e discussões sobre o tema e que é reiterado por Prof.13 quando ele diz que essas ações são “palestras e/ou comemorações em novembro negro e julho das pretas”. Para a Prof.9 as



ações com esse ensino ocorrem “em épocas de conscientização como por exemplo, 20 de novembro, 2 de julho, revolta de Búzios, etc,” o que permite atender a algumas demandas vinculadas a alguns eventos comemorativos e pontuais na EJA.

Para Prof.4 em relação a essas atividades “*geralmente a questão da temática étnico-racial se concentra mais em novembro do que ao longo do ano*”, ponto de vista que não dialoga com o que prevê a legislação. Essa prática, dessa maneira, dosa grande parte das ações da escola no referido mês visando atender ao que estipula a Lei 10.639/03, no artigo 79-B, da LDB. Segundo este artigo o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, dessa maneira vale ter como respaldo às práticas de ensino o preconiza esta mesma lei, no artigo 26- A da Lei de Bases e Bases da Educação (Lei 9.394/96) que diz:

Art.26- A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Em face dessas demandas, interessa à escola rever o seu planejamento e as transposições didática das diversas áreas do conhecimento. Embora haja ênfase em Língua Portuguesa, Artes e História, é coerente um trabalho didático dialogado entre todas as áreas do conhecimento, ademais interessa ponderar observações de outros sujeitos desta pesquisa. Para Prof.5 as ações com este ensino ocorrem “*nas feiras literárias e mostras específicas*” enquanto para Prof.3, estas atividades ocorrem “*em datas comemorativas e projetos*”.

Para esse grupo de professores, as ações se configuram de forma ostensiva no mês de novembro e a discussões em torno da consciência negra ou pautas relacionadas a tópicos ou datas comemorativas em momentos específicos. Numa sociedade em que persiste invisibilizar a contribuição e legado afro-brasileiro é tarefa da escola rever o papel conferido ao Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira destinados aos sujeitos da EJA. Assim, face a tamanha urgência que esses saberes se apresentam para a EJA, Hooks(2017, p.50) esclarece que:



Todos nós, na academia e na cultura como um todo, somos chamados a renovar nossa mente para as instituições educacionais e a sociedade- de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade. Hooks(2017, p.50)

Que essa paixão pela justiça nos remeta uma prática engajada e renovada, revendo e dando o devido valor à Lei 10.639/03 num projeto de emancipação que não pode estar silenciado nas diversas escolas da Rede Municipal de Ensino.

Aludindo ao que nessa pesquisa considero como um processo de “novemberização” do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira seguem momentos que são relevantes diante das colocações dos sujeitos nela envolvidos, conforme o quadro 01, e que são altamente relevantes para que se compreenda algo que faz parte da dinâmica da EJA. Devido a aproximação com a equipe da escola que nos convidou para apreciar os trabalhos desenvolvidos no mês da consciência negra, achamos relevante considerar as observações diretas, vistas por Yin (2015) como aquelas que “têm como ponto forte o fato de que cobre eventos em tempo real”. (Yin, 2015, p.110). Úteis por prover informações adicionais essas observações neste estudo de caso ajuda a compreender a dinâmica e a pertinência do que foi apresentado pelos respondentes dessa pesquisa, assim segue ações desenvolvidas no mês de novembro pela unidade escolar.

Quadro 01 - FLIPAZ 2023- eventos do novembro negro.

Ações	Descrição das ações
	<p>Palestra: O papel da família na luta antirracista</p> <p>Ocorrida no turno vespertino com convite estendido ao turno noturno para que os professores pudessem apreciar a temática.</p>
	<p>Palestra</p> <p>“Quilombos Urbanos”</p> <p>Discutiu acerca dos quilombos em Salvador e o papel dos negros no processo de resistência na capital baiana contextualizando com a região no passado.</p>

Formatado: Cor da fonte: Automática

Formatado: Cor da fonte: Automática

Formatado: Cor da fonte: Automática

	<p>Palestra</p> <p>“Racismo estrutural”</p> <p>Nesse momento foi contemplado uma discussão inicial sobre o que era ser negro no Brasil e em seguida se alargou a questões pertinentes a política de embranquecimento, democracia racial entre outros conceitos, além de ser apreciada a música de Lazzo Matumbi - “14 de Maio”.</p>
	<p>Apresentações musicais e dramatização</p> <p>Esse dia foi de socialização de algumas dramatizações musicais com base na vida de Riachão.</p>
	<p>Apresentações musicalizadas sobre Ivone Lara e com base em sua biografia.</p> <p>Apresentação com música de Zeca Baleiro.</p>

Fonte: Autor

As ações do mês de novembro ocasionaram numa culminância que durou cerca de uma semana através do Projeto intitulado Feira Literária da Escola Municipal Nossa Senhora da Paz – FLIPAZ que teve início no decorrer de 2022, embora a temática não estivesse voltada a questões afro-brasileiras. No ano de 2023, contemplou justamente no mês de novembro essa temática. As ações da escola evidenciam o trabalho desenvolvido no mês da consciência negra e pelos professores envolvidos nessa pesquisa, retratando, no entanto, muito do que foi dito por estes sujeitos.

O supradito corrobora com o que os professores revelaram, interessa observar o Ensino de História de e Cultura Afro-Brasileira sob a lógica dessas ações e atividades justamente no mês de novembro, período em que uma data foca as atenções em torno do legado afro-brasileiro em seus múltiplos conhecimentos. Portanto, esse período leva diversas escolas a se organizarem em torno desse mês enquanto procedimento de efetivação da Lei 10.639/03 e onde suas práticas ocorre de forma pontual. Acerca dessa constatação SOUSA e COSTA (2021, p.355) afirmam:



Geralmente as atividades relacionadas a essa temática enfatizam apenas o lado lúdico do negro, destacando as atividades culturais como: dança, comidas típicas, o que por si só, não representa de fato a conquista do movimento negro. Sousa e Costa (2021, p.355)

Essa observação não se trata de desmerecer os esforços deflagrados em tantas atividades criativas e diversificadas que representam o esforço da comunidade escolar, conquanto se abster de atividades festivas e culturais, porém “em hipótese alguma, restringir a rica e valiosa contribuição dessa população a apenas esses aspectos” SOUSA e COSTA (2021, p.355).

É preciso ser mais extensivo na dimensão do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira para que se logre o êxito esperado. Para fins de análise, embora as Diretrizes Curriculares para a Inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Sistema Municipal de Ensino de Salvador de 2005, tenha um olhar focado e seja referência para o ensino diurno, ela subdivide as discussões em temáticas prioritárias, a saber, Identidade Étnico-racial, de Gênero e Sexualidade, Criança Negra e Autoestima, África e Modo de Vida Africano e Resistência Negra no Brasil, o que oportuniza que as práticas com Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira tenham um olhar mais organizado e possa ser melhor planejado.

Disto isto, vale mencionar que a EJA carece de uma maior organização em relação às diretrizes específicas que permitam direcionar o olhar para essa modalidade, a fim de contribuir para a superação das práticas focadas no mês de novembro, uma vez que:

Essa temática deve-se fazer presente no cotidiano escolar. É necessário desenvolver frequentemente atividades nas escolas que possam contemplar todos os aspectos da produção da população afro-brasileira. Deve-se enfatizar a contribuição dessa população nos diferentes campos. Sabemos que são muitos os nomes de destaque na história, geografia, ciências, matemática, literatura, entre outras áreas. SOUSA e COSTA (2021, p.355).

Essa cotidianidade não conduz ao risco de estereotipações em torno da História e da Cultura Afro-Brasileira, além de não permitir que haja um verdadeiro festival de temas avulsos, com o fim apenas de cumprir de alguma forma que esse tipo de ensino seja visto na escola, sem que haja a intencionalidade de fato desse ensino na escola.-

A dissertação “Engreecer a prática pedagógica da Educação de Jovens e Adultos”, de Jones da Paixão, de 2019 corrobora com a análise dos dados aqui apresentados, uma vez que comprova em sua pesquisa que questões pontuais e focadas em torno do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e questões raciais focadas geralmente no mês de novembro impossibilita que de fato a lei 10639 seja implementada. Esse caráter presente apenas no mês de novembro não suscita diálogos sobre as questões raciais de forma suficiente. Essa



constatação foi vista também por Ubiraci Carlúcio dos Santos (2018) em sua dissertação “A História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da EJA: sentidos e significados quando considera que o ensino supradito se caracteriza de forma ainda “artesanal”, “germinativo” e sem grande acesso a teóricos ou uma melhor formação e segundo ele “as questões culturais, políticas, sociais e históricas aparecem de forma contumaz, carregadas de interrogações, estereótipos, negações, violências simbólicas”(Santos,2018,p.113).

Essa pontualidade no trato às questões étnico-raciais apenas no mês de novembro incorre ao risco de que vários aspectos do arcabouço sejam levados à tona para a realidade da sala de aula da EJA sem que seja ponderado detalhes metodológicos e “eixos estruturadores” desse ensino, por exemplo. Não se trata de ensinar por ensinar ou para dar conta da forma mais simples possível, trata de tornar intencional o ensino na EJA e vale mencionar que há uma vastidão de correlações ligadas ao legado afro-brasileiro, isso pode inclusive oportunizar projetos anuais diversos, valendo, no entanto, da criatividade e de uma articulação efetiva do ensino na EJA.

Os detalhes metodológicos podem envolver questões pertinentes ao trato e posicionamento em sala de aula, seleção de conteúdos e devida adequação, uma vez que não se trata apenas de que o conteúdo apareça em sala em uma atividade, mas como essa aula e esse conteúdo é direcionado, respeitando os conhecimentos prévios e valendo-se do contexto dos educandos. Os “eixos estruturadores” se referem às divisões ou subdivisões, agrupamentos de saberes num determinado campo de conhecimento. Nessa profusão de correlações corre o risco de não se dar conta dos saberes ou levá-los de forma sem que se amadureça da forma devida na vida estudantil dos diversos alunos da EJA. Em relação a esse desafio na EJA:

A lei é enfática quando se refere ao ensino dos conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que devem ser ministrados no decorrer de todo o currículo escolar da educação básica. Diante disso, portanto, a EJA, enquanto modalidade de educação, não pode se privar do cumprimento dessa Lei, reforçando as estruturas de subalternização racial decorrentes do racismo estrutural existente no Brasil. Paixão (2019, p.79)

Dessa maneira, o processo de “novemberização³” apesar de ser um momento que oportuniza a presença dos “saberes negros” na escola, reflete a necessidade de se ter maior mobilização e principalmente articulação envolvendo toda a comunidade escolar, isso pode

³ Processo de concentração das atividades referentes ao ensino de história e cultura afro-brasileira num período do ano.



se dar através de momentos oportunos de planejamento e estudo que devem ser mais bem aproveitados para que esta articulação seja possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, é percebido a partir do que os professores relatam que o ensino de história e cultura afro-brasileira merece uma atenção por parte da escola e dos diversos sujeitos que são responsáveis pela EJA. A lei 10.639 e sobretudo o ensino de história e cultura afro-brasileira é um divisor de águas no ensino brasileiro e tem o poder de democratizar os saberes que transitam na EJA. É sabido que muitas práticas de ensino acabam se perpetuando de forma repetitiva como de forma reprodutiva sem que se possa refletir o que é feito na prática de sala de aula e isso pode ser sentido quando após a implementação da Lei nº10.639/03 de forma reiterada se mantém como de forma paliativa um ensino focado no mês de novembro, descaracterizando possibilidades de sistematizações mais elaboradas acerca do legado cultural afro-brasileiro, como aqueles que possam envolver a pedagogia de projetos, por exemplo.

Esse processo de ensino, embora muitas vezes concentrado no mês de novembro também não apresentou as devidas formalizações com objetivos e metas, relegando este tipo a ações não planejadas a contento. Ademais se percebe que a atenção, estudo, formação e entendimento acerca deste ensino precisa ser mais valorizado para que se possa reelaborar as ações ao longo do ano, contemplando as diversas disciplinas como prevê a legislação brasileira.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004.
- FLICK, U. Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre, RS:Bookman, 2004.
- HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir- a educação como prática da liberdade, tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- PAIXÃO, Jones cesar da. Enegrecer a Prática Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos: um Estudo sobre a Formação de Professores em uma Escola no Município de Valença – Bahia. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, Salvador,2019, 170 fls.
- RUSSO, Miguel Henrique. Planejamento e burocracia na prática escolar: sentidos que assumem na escola pública. Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação - Periódico



científico Editado Pela ANPAE, 32(1), 193–210.

<https://doi.org/10.21573/vol32n012016.62356>.

SANTIAGO, Regiane da Mota Queiroz. PEREIRA, Luciana Oliveira Simões. SILVA, Gisélia lima da O/a coordenador/a pedagógico/a e o planejamento escolar: reflexões sobre os (des)caminhos da prática e os entrelaçamentos possíveis. Rev. Cient. Novas Configur. Dialog. Plur., Luziânia, v. 2, n.4, p. 18-25, 2021 Disponível em: <http://www.dialogosplurais.periodikos.com.br/article/61925a38a9539543882ae4c3/pdf/dialogosplurais-2-4-18.pdf> Acesso em 06.08.2024.

SANTOS, Ubiraci Carlucio dos. A História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da EJA: sentidos e significados atribuídos por docentes da Rede Estadual de Salvador - BA/Ubiraci Carlucio dos Santos. Salvador, 2018. 149 fls.

SOUSA, Ruimar Nunes de. COSTA, Francisca Raquel da. Consciência negra e luta: leituras e reflexões acerca do dia 20 de novembro nas escolas de educação básica. Revista Debates em Educação, v. 13 (2021): Número Especial 2. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10970/9235>.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. São Paulo. Libertad, 2002.

Formatado: Fonte pará. padrão, Fonte: Times New Roman, 12 pt